

**CORREIO BRAZILIENSE**  
**Sarney: Pressões do MDB**  
1 DE FEV 1979  
**jamais intimidarão Arena**

O presidente nacional da Arena, Senador José Sarney, recusou - se a comentar, ontem, a anunciada proposta de Emenda Constitucional que será apresentada pelo presidente nacional do MDB, Deputado Ulysses Guimarães, restaurando a competência do Legislativo de conceder a anistia política, hoje atribuição privativa do Presidente da República.

A justificativa dada pelo senador arenista foi a de que não conhecia o texto da proposta oposicionista, "nem se ela seria efetivamente concretizada", o mesmo alegando em relação à Emenda Mauro Benevides, restabelecendo a autonomia política das capitais. Quanto a esta, Sarney reafirmou que o seu partido nunca poderá examinar um assunto sob pressão, como é a do tipo do MDB de São Paulo, que considerou ilegítima.

Sobre a declaração do presidente Ulysses Guimarães, de que a conciliação, proposta pelo Presidente João Baptista Figueiredo, deve vir com a Constituinte, precedida de uma anistia, Sarney disse que essa posição do presidente do MDB, "se é que ela existe", em nada prejudicará o seu encontro com ele, vez que já definiu a pauta das conversações, toda ela voltada para interesse comum do funcionamento e do fortalecimento dos partidos.

#### LICENÇA

Comentando, depois, declarações do Senador Dinarte Mariz, segundo as quais gostaria que o Senado desse licença para que ele fosse processado pelo ex - governador Aluísio Alves, cassado pela Revolução, Sarney considerou o fato normal, já que, com a entrada em vigor das reformas políticas em janeiro, a ação da Justiça passou novamente a depender dessa licença.

Quando um repórter lhe indagou se o volume de processos contra parlamentares (12) pendentes de licença de suas respectivas Casas poderia intranquilizar a vida política, o presidente da Arena disse não temer qualquer perturbação, uma vez que, no passado, os atritos nessa área surgiam em decorrência do comportamento uniforme do Congresso de negar sistematicamente a licença para se processar o parlamentar, mesmo que ele houvesse praticado crime comum.

"Na sistemática atual - acrescentou - o Congresso tem uma oportunidade de examinar o assunto dentro dos prazos previstos pela Constituição, e não pode jamais tolher a ação da Justiça, embora possa negar a licença desde que seja evidente a falta de motivos para a existência de processo".

Na sua opinião, o parlamentar não deve ter privilégios, razão pela qual afasta qualquer possibilidade de crise em decorrência dos processos em andamento. Ele acha que tudo correrá bem, pois, segundo frisou, parlamentar é um cidadão como qualquer outro e, dessa forma, deve ter responsabilidade perante a lei.

#### REUNIÕES

Dentro do espírito de ação política da nova direção arenista, que prevê uma atuação uniforme do comando partidário com os líderes e presidentes das duas Casas, sempre de comum acordo com o Ministério da Justiça, Sarney informou que, a partir da posse do senador Petrônio Portella, haverá reuniões semanais de avaliação e de análise dos assuntos políticos em pauta, traçando-se, após esses encontros, o comportamento futuro dos arenistas.

Ontem, no momento em que recebia a imprensa, Sarney informou que estava marcada uma reunião preliminar dentro daquela estratégia, para se fixar dia, hora e local dos encontros do comando arenista. Como não se encontravam presentes em Brasília os presidentes de Senado e da Câmara, Sarney aventou a possibilidade de adiamento do encontro pois havia dúvida também quanto à presença dos líderes Passarinho e Marchesan no Palácio do Congresso.

Sarney receberá hoje, num almoço, um grupo de cientistas políticos de São Paulo, para dar seqüência ao seu projeto de reestruturação da Arena, de modo a transformar a agremiação num partido aberto a todos os seguimentos da sociedade que defendem uma democracia com justiça social e responsável.

#### MARCHEZAN

O líder da Arena na Câmara, Nelson Marchezan, classificou ontem de "pouco criativa e divorciada da realidade dos anos 80", a tese do presidente do MDB, Ulysses Guimarães, de se devolver ao Congresso Nacional a faculdade de decretar a anistia.

Depois de observar que as prerrogativas parlamentares devem hoje inserir-se em nova realidade, Marchezan, admitiu a participação de deputados e senadores no debate do problema: "O Congresso Nacional - disse ele - tem a competência de examinar a matéria e de aprová-la ou rejeitá-la".

Destacou que os parlamentares deverão contribuir para o encaminhamento da questão, antes e durante a tramitação do projeto, através de discursos, declarações à imprensa e de apresentação de emendas. "É preciso salientar - disse o líder arenista - que o aperfeiçoamento é contribuição que pode e deve modificar proposições do Executivo".

-Mas não pode ir além daquilo que normalmente se chama consenso sobre a matéria - prosseguiu. E este consenso não é fixado pelo Executivo, mas é o resultante das posições do mesmo Executivo e das lideranças políticas. E é inegável que esse processo de busca do consenso, isto é, do que é possível, vem sendo realizado pelo senador Petrônio Portella, futuro ministro da Justiça, com a eficiência e a capacidade que lhes são peculiares.